

SITUAÇÃO DA DEFESA CIVIL NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL - RS

BRUNA TRINDADE SCHLOSSER¹; MATHEUS BULDAIN D'ORNELLAS²;
CARLIANA ROUSE FAVRETTO³; AMAURI ANTUNES BARCELOS⁴; DIULIANA LEANDRO⁵; MAURÍZIO SILVEIRA QUADRO⁶

¹*Universidade Federal de Pelotas – bruna.schlosser@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – matheus.dornellas.3@hotmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – carlianafav@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – aabarcelos@hotmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – diuliana.leandro@gmail.com*

⁶*Universidade Federal de Pelotas – mausq@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Os impactos causados pela urbanização e pelas variações climáticas vêm ocorrendo com uma maior frequência e intensidade, tornando maior também a preocupação com os impactos dos desastres naturais. O Rio Grande do Sul e especialmente a região sul do estado do Rio Grande do Sul é uma das regiões que vem sofrendo problemas reiterados de desastres naturais, como inundações, estiagens, enxurradas, vendavais e granizo.

Conforme KOBIYAMA et al. (2011) descreve, para diminuir a vulnerabilidade e ter uma vida mais segura, deve ser realizada a prevenção e a mitigação dos desastres naturais. Para isso, existem algumas maneiras de situar e facilitar a prática nas respostas a emergências e desastres, como através da elaboração do Plano de Contingência e do Mapeamento das áreas de Risco.

Segundo NUNES et. al. (2013), a defesa civil visa prevenir, mapear, monitorar e responder prontamente às situações de emergência causadas pelas secas, enchentes e deslizamentos para reduzir o impacto das tragédias naturais. A defesa civil dentro de um estado se divide em REDEC e COMDEC. A REDEC é estabelecida como a Coordenadoria Regional, sendo no Rio Grande do Sul composta por 10 diferentes. A COMDEC é a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de cada município do Estado. O objetivo do trabalho foi avaliar à estrutura da defesa civil dos municípios da região sul do Rio Grande do Sul.

2. METODOLOGIA

O trabalho proposto apresenta como base uma pesquisa quantitativa e qualitativa (MINAYO, 2010), utilizado como instrumento de obtenção de dados com aplicação de um questionário com 21 questões, prevendo obter um diagnóstico da atual situação das cidades do sul do estado do Rio Grande do Sul em relação aos problemas enfrentados por parte de Defesa Civil.

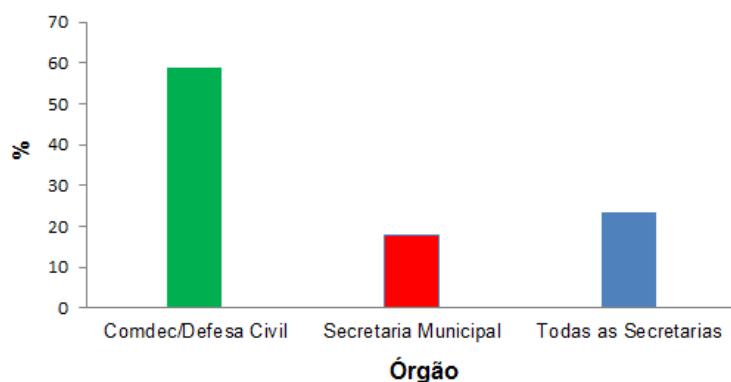
O questionário foi aplicado por entrevistadores previamente capacitados e o público alvo foram os coordenadores da Coordenadoria Regional de Defesa Civil dos municípios do sul do estado do Rio Grande do Sul, contemplando a REDEC 4, totalizando até o momento 16 municípios.

Para a realização do trabalho foram avaliados os municípios de Arambaré, Arroio do Padre, Capão do Leão, Cerrito, Chuvisca, Cristal, Herval, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, Turuçu, todos pertencentes à região sul do estado do Rio Grande do Sul.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

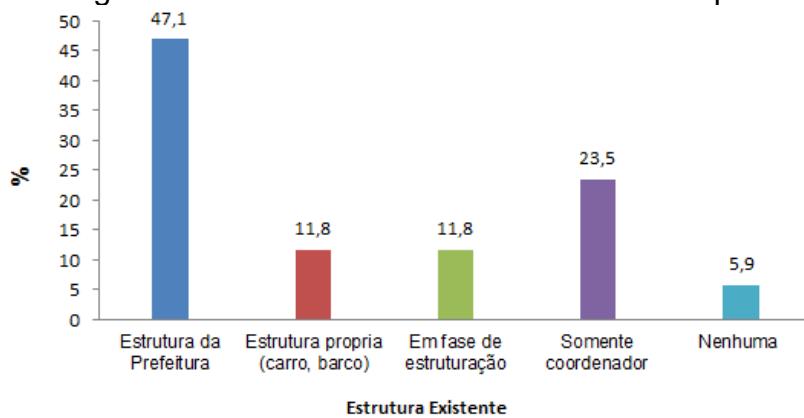
Foi avaliado á estrutura administrativa para condução dos trabalhos da defesa civil dos municípios. Inicialmente foi questionado sobre a presença ou não de Órgãos Específicos com a finalidade de atender a população em casos de desastres naturais. Foi constatado que 64,7 % dos municípios responderam possuir algum órgão com tal finalidade, enquanto 35,3 % dizem não possuir. Em seguida, foi indagado sobre qual órgão atende a população em casos de desastres naturais, verificando que 58,8 % dos municípios possuem Comdec/Defesa Civil, e 17,6 % dos municípios possuem Secretaria Municipal para a situação e 23,5 % utilizam do total de Secretarias para atender a população. O resultado está disposto a seguir na Fig. 1.

Figura 1 – Qual órgão atende a população em casos de desastres naturais



A estrutura existente para a defesa civil nos municípios é mostrada na Figura 2. Observa-se que apenas 12 % dos municípios apresentam defesas civis estruturadas, com equipamentos, pessoal e estrutura própria. A estrutura da prefeitura é utilizada em 47,1 % dos municípios estudados. Ainda podemos observar que em 23 % dos municípios a defesa civil é vista apenas como sendo o coordenador. Estes dados são de grande importância, pois evidenciam a falta de preparo das defesas civis e a incapacidade dos municípios em dar uma resposta à altura das necessidades da população devido à falta de uma melhor estrutura, a bem de articular e organizar a ajuda necessária.

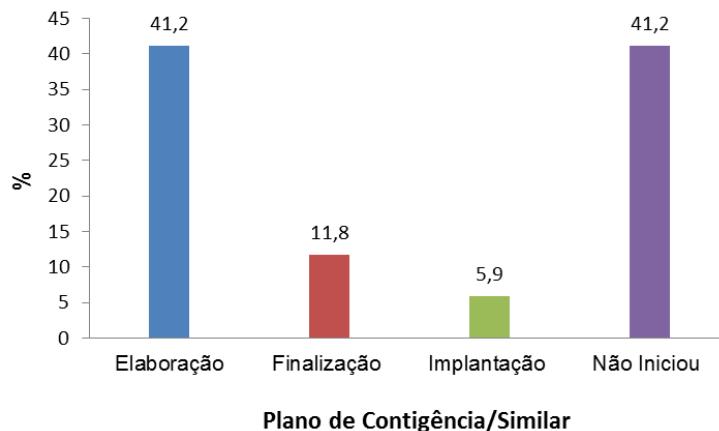
Figura 2 - Estrutura da Defesa Civil no município



O plano de contingência estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes desastres naturais. Entretanto, somente 31 % dos municípios possuem este plano. A grande maioria dos municípios (68 %) não possuem os referidos planos. A importância desse plano se dá para padronizar os fatores de monitoramento, alerta, alarme e

resposta, para reduzir os danos decorrentes dos eventos. A Figura 3 mostra a fase em que se encontra os planos de contingência dos municípios. Foi constatado que 41,2% se encontram em elaboração e 41,2%, ainda não iniciaram a elaboração do documento.

Figura 3 – Fase em que se encontra o Plano de Contingência



Plano de Contingência/Similar

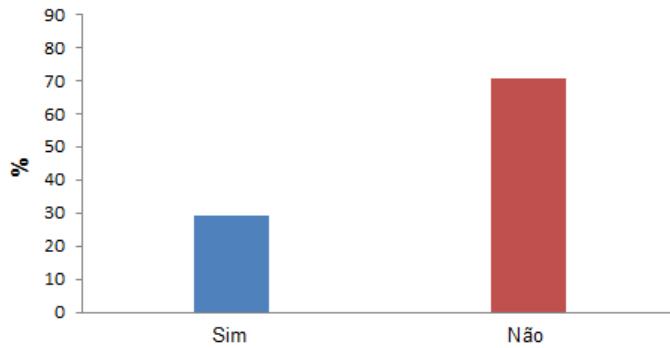
Foi questionado se os municípios possuíam mapeamento das suas áreas de risco. Somente 17,6% dos municípios possuem mapeamento das suas áreas de risco. Estão em processo de mapeamento das áreas de risco 35 % dos municípios e 47,1% não possuem e não começaram a realizar o mapeamento.

O mapeamento das áreas de riscos permite elaborar um banco de dados com vulnerabilidades e riscos de desastres em determinados locais. Esse mapeamento, indicando esses dados, contribuirá para um planejamento urbano melhor.

Segundo PUTTKAMMER et. al. (2012), o aumento dos eventos de desastres vem gerando a necessidade da sociedade em se aperfeiçoar para enfrentar este tipo de desafio, seja na mitigação dos efeitos provocados pelos eventos adversos através de ações preventivas, seja na preparação das comunidades, ou seja, na preparação das equipes de resposta. Com este trabalho, foi possível observar que os municípios contemplados pela REDEC 4 não estão preparados para enfrentar esses eventos.

Quanto à preparação no caso de emergências, somente 29,4% dos municípios alegam estarem preparados. Chama atenção que 70,6 % dos municípios alegam não estarem preparados para atendimento á situações de emergência (Figura 4). Este fato evidencia a fragilidade da região para atendimentos á situações de eventos extremos que necessitem de respostas rápidas dos entes públicos.

Figura 4 - Municípios está preparado para situações de emergências

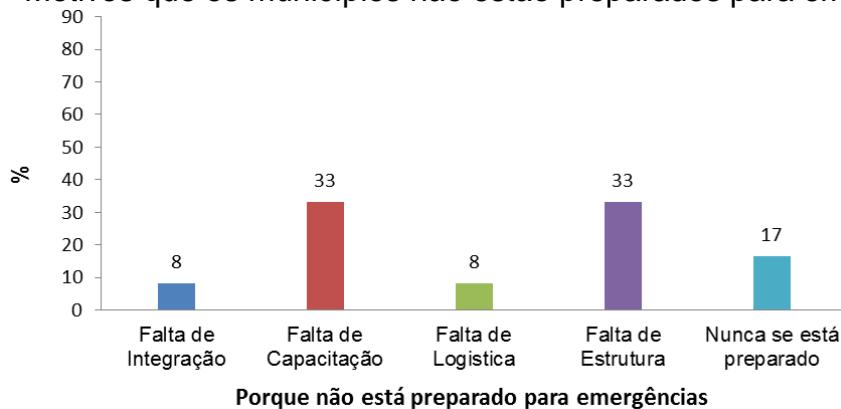


Município está preparado para emergências

Os municípios que não estão preparados alegam que a falta de capacitação dos envolvidos e a falta de estrutura são os principais aspectos que

demonstram a fragilidade das defesas civis dos municípios (Figura 5). Porém alguns gestores alegam que para eventos extremos nunca se está preparado. Apesar deste fato ser verdadeiro, o que nos deixa mais a mercê da natureza é a falta de planejamento e gestão municipal como evidenciado antes.

Figura 5 – Motivos que os municípios não estão preparados para emergências



Quando estamos diante de tais situações, que resultam em riscos verdadeiros às pessoas, danos materiais, degradação do meio ambiente, percebemos a necessidade da melhor capacitação de equipes de atendimento, tornando-as aptas a socorrerem de pronto e com eficiência a população. Nota-se que a falta de ações governamentais e a ausência de estudos prévios aprofundados dificultam o enfrentamento deste tipo de desafio.

4. CONCLUSÕES

O crescimento da população, bem como o aumento da urbanização, tem colaborado para o aumento dos desastres naturais. O estudo evidenciou que há muito a ser feito em relação à prevenção e mitigação dos desastres naturais nos municípios do sul do Rio Grande do Sul por parte da Defesa Civil, pois analisando os dados obtidos, percebemos falta de estrutura. Essa fragilidade poderia ser diminuída se houvesse um melhor estudo prévio e uma melhor estruturação, para assim, diminuir a vulnerabilidade da população.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DEFESA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Divisão das REDEC. Rio Grande do Sul. Acessado em 21 de julho de 2015. Online. Disponível em <http://www.defesacivil.rs.gov.br/>
- KOBIYAMA et al. **Prevenção De Desastres Naturais Conceitos Básicos**. Florianópolis: Ed. Organic Trading, 2006. 109p.
- MINAYO, M.C.S. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2007. 82p.
- NUNES, D. F. **Defesa Civil ações estruturantes frente a desastres**. 2013. Monografia. Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. Escola Superior de Guerra.
- PUTTKAMMER, A. **Necessidade de formação técnica dos componentes das COMPDECS do Estado de Santa Catarina**. 2012. Monografia. Especialização em Gestão de Riscos de Desastres para o Desenvolvimento Socioambiental. Universidade do Estado de Santa Catarina.